

# MEDIDA PROTETIVA

## PROTECTIVE MEASURE

---

**Aline Aparecida da Silva<sup>1</sup>**  
**Ana Luiza Fernandes Campidele<sup>2</sup>**  
**Camilla de Barcelos Campos<sup>3</sup>**  
**Ingrid Bezerra de Lacerda<sup>4</sup>**  
**Isabel Vieira dos Santos<sup>5</sup>**  
**Rayane Nogueira Duarte<sup>6</sup>**

### RESUMO

Medida Protetiva é uma ação legal que visa garantir à proteção e segurança de pessoas que estão expostas a situações de violência ou ameaça, especialmente em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme previsto na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340). É importante frisar que a justiça deve atuar de forma rápida e eficiente na concessão e fiscalização dessas Medidas Protetivas, das pessoas envolvidas. Em caso de descumprimento das medidas, poderá sofrer sanções como prisão preventiva ou aumento das restrições impostas. Nosso grupo escolheu este tema porque a violência, especialmente no âmbito doméstico e familiar, tem sido algo recorrente, e sabemos que é um grave problema social que afeta pessoas de todas as idades, gêneros e classes sociais em todo mundo. Vemos com frequência que as consequências de tais atos podem ser devastadoras, não apenas para as vítimas, mas também para seus familiares e para a sociedade em geral. Por isso escolhemos discutir a importância das Medidas Protetivas, como elas funcionam e suas implicações legais e sociais na prevenção e combate à violência. Devemos ressaltar a importância deste tema por diversos motivos, entre eles a promoção de igualdade de gênero já que grande parte das vítimas de violência são mulheres, e esse tipo de violência perpetua a discriminação; proteção às vítimas e o enfrentamento da violência. Acreditamos que este trabalho é relevante para promover a conscientização sobre a importância desse instrumento na prevenção e combate à violência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Medida Protetiva, violência, mulheres, violência doméstica.

1. Graduando no curso de Direito pela Faculdade de Pará de Minas (FAPAM).
2. Graduando no curso de Direito pela Faculdade de Pará de Minas (FAPAM).
3. Graduando no curso de Direito pela Faculdade de Pará de Minas (FAPAM).
4. Graduando no curso de Direito pela Faculdade de Pará de Minas (FAPAM).
5. Graduando no curso de Direito pela Faculdade de Pará de Minas (FAPAM).
6. Graduando no curso de Direito pela Faculdade de Pará de Minas (FAPAM).

## ABSTRACT

Restraining order is a legal action that aims to guarantee the protection and safety of people who are exposed to situations of violence or threat, especially in cases of domestic and family violence against women, as provided for in the Maria da Penha Law (Law No. 11,340) . It is important to emphasize that justice must act quickly and efficiently in the granting and inspection of these Restraining Order, of the people involved. In the event of non-compliance with the order you may be subject to sanctions such as preventive detention or an increase in the restrictions imposed. Our group chose this theme because violence, especially in the domestic and family sphere, has been recurrent, and we know that it is a serious social problem that affects people of all ages, genders and social classes all over the world. We often see that the consequences of such acts can be devastating, not only for the victims, but also for their families and society in general. That's why we chose to discuss the importance of Restraining Order, how they work and their legal and social implications in preventing and combating violence. We must emphasize the importance of this issue for several reasons, including the promotion of gender equality, since most victims of violence are women, and this type of violence perpetuates discrimination; protection of victims and confrontation of violence. We believe that this work is relevant to promote awareness of the importance of this instrument in preventing and combating violence.

**KEYWORDS: SUMMARY:** Restraining order, violence, women, domestic violence.

## 1 INTRODUÇÃO

A medida protetiva é um instrumento jurídico que visa a proteção de pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade, seja por violência doméstica, abuso sexual, exploração sexual, tráfico de pessoas, entre outros. Essa medida tem como garantia a lei 11.340/2006, mais conhecida como lei Maria da Penha, que visa o combate à violência contra a mulher. Essa lei tem o objetivo de prevenir e interromper a ocorrência de novos atos de violência, e garantir a segurança e o bem-estar das pessoas envolvidas. As medidas protetivas são ordens judiciais concedidas através da solicitação da vítima, que pode solicitar -lá através da autoridade policial, ministério público ou defensoria pública. Mesmo com essa ordem judicial, os agressores muitas vezes acabam descumprindo, e então são sujeitos a pena e detenção independente da competência civil ou criminal do juízo que deferiu as medidas. Com isso, as medidas protetivas podem ser o afastamento do agressor, do lar ou local de convivência, e há um limite de distância mínima concedido pelo juiz, que o agressor deve seguir. Com o intuito de resgatar e unir todos os direitos fundamentais das pessoas, nosso objetivo será atuar na área em que há uma maior necessidade de alertar sobre esse tema, e aplicar da forma mais natural uma didática completa e concisa em relação as medidas protetivas, tecendo comentários e fazendo uma análise de como alertar as pessoas sobre as medidas protetivas e a violência que pode ocorrer no lar, no ambiente de trabalho, dentre outros.

## 2 METODOLOGIA

Através de uma aplicação prática pelas mídias sociais, informaremos a sociedade sobre o tema e seus direitos. Realizaremos uma pesquisa através de questionários, que serão disponibilizados para todos os estudantes do campo, e para toda a sociedade em geral, a qual abordaremos problemas reais enfrentados por vítimas de violência doméstica, buscando uma maior imersão no tema. E como resultado, informaremos a sociedade com partes de leis e pequenas informações com linguagem menos formal, buscando sempre o melhor entendimento possível. Além de expor essas informações, logo adiante os resultados da pesquisa, teremos um material a qual irá ser passado, com informações mais importantes da pesquisa. Nosso público-alvo são jovens, adolescentes, adultos e idosos, a qual vemos que é de extrema importância passar essas informações para os mesmos, tanto para alertar as mulheres quanto para conscientizar os homens. Pois segundo uma pesquisa feita no Brasil pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) entre 2020 e 2022 mais de meio milhão de medidas protetivas foram concedidas. Por ser um tema tão abrangente, pretendemos alertar e conscientizar todos os cidadãos. Com os resultados obtidos mais as informações, serão repassados de forma clara e objetiva e serão divulgadas em meios de mídias sociais e panfletagem física.

### **3 DESENVOLVIMENTO**

Como já citada brevemente na metodologia (sprint 2), segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entre janeiro de 2020 e maio de 2022, o Brasil registrou 572.159 medidas protetivas de urgência para meninas e mulheres que viviam em situação de violência. Um dos principais pontos da pesquisa é de que 9 em cada 10 pedidos são deferidos, o que mostra a adesão do Judiciário aos instrumentos das medidas protetivas. De janeiro a julho de 2012, segundo o balanço semestral do Ligue 180 da Central de Atendimento a Mulher, o marido, o amasio e o namorado após o término do relacionamento, são os principais agressores, totalizando 89,17% dos casos.

As Medidas Protetivas têm como finalidade proteger a vítima, e podem ser aplicadas em diferentes níveis, podendo ocasionar para o agressor: afastamento do lar, bloqueio de bens e contas, limite mínimo de 300 metros distância da vítima, restrição de visitas a dependentes, suspensão de porte de armas e acompanhamento psicossocial do agressor, entre outros. Portanto, essas medidas podem ser substituídas por outras, de acordo com o caso, bem como, em algumas situações a polícia pode ser acionada para que a lei seja cumprida.

A forma mais comum de pedir uma medida protetiva é se deslocando até uma delegacia especializada em proteção à mulher ou então numa delegacia comum (caso não tenha uma delegacia especializada onde reside) e informar sua situação, fazer a notificação e solicitar a medida protetiva.

Não há necessidade da presença de um advogado ou defensor público, a mulher por si própria pode fazer esse pedido. Pode-se também se requerer medida protetiva indo até o Ministério Público (que é órgão responsável por fiscalizar a lei e seu cumprimento como também de defender os direitos que forem violados).

Para a vítima, as medidas protetivas também tem consequências que servem para que ela possa ser retirada do ciclo de violência, como: determinar a separação de corpos, restituir bens indevidamente subtraídos pelo agressor e encaminhar a vítima e seus dependentes a programas oficiais ou comunitários de proteção, entre outros meios.

#### **4 RELATO DE VIVÊNCIAS**

Diante dos fatos expostos neste projeto, com o tema Medida Protetiva, foi notado que se teve pontos altos e baixos. Quando escolhemos o tema imaginamos que seria de fácil aplicação, porém podemos perceber que o assunto acerca da violência, principalmente doméstica, ainda causa muito desconforto nas pessoas, por ser um tema sensível que gera um certo trauma em quem sofre algum tipo de agressão.

Tivemos a oportunidade de fazer uma pesquisa contendo perguntas como: "Você se sentiria segura se tivesse que pedir a medida protetiva?", "Você acredita que a medida protetiva impede o agressor ou previne que ele descumpra?", e essa pesquisa foi voltada para as mulheres, que apesar de a maioria ter tido receio de falar outras conseguiram opinar abertamente. Podemos perceber que o projeto que inicialmente era apenas uma pesquisa, começou a se tornar um tabu para algumas e um desabafo para outras.

A experiência foi muito interessante, podemos ver como achamos "falhas" no nosso ordenamento jurídico e também conseguimos perceber o quanto as pessoas têm desbrío da nossa "justiça". Obtemos os lados positivos do projeto quando conseguimos ver relatos de coragem das mulheres que infelizmente tiveram que passar pela situação de violência doméstica. Começamos a perceber de forma mais eficiente o quão importante é o operador do direito. Tratamos o projeto com muita seriedade e buscamos além de entender o lado jurídico também queríamos saber sobre o lado psicológico dessas vítimas.

A experiência tomou rumos diferentes quando nos vimos o lado da aplicação psicológica, as mulheres que nos relataram suas experiências e pediram para que não fossem expostas, nos disseram que a "pior" parte de se ter a medida protetiva é nunca estar com a sensação de segurança. Elas nos relataram que não dormem bem, não conseguem sair a rua com normalidade e sem medo, que investem mais em segurança e sempre estão com a sensação de que o pior poderia acontecer a qualquer momento. Dessa maneira entendemos o quanto o apoio familiar e profissional é

importante.

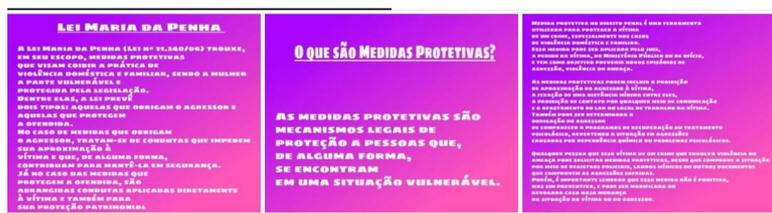
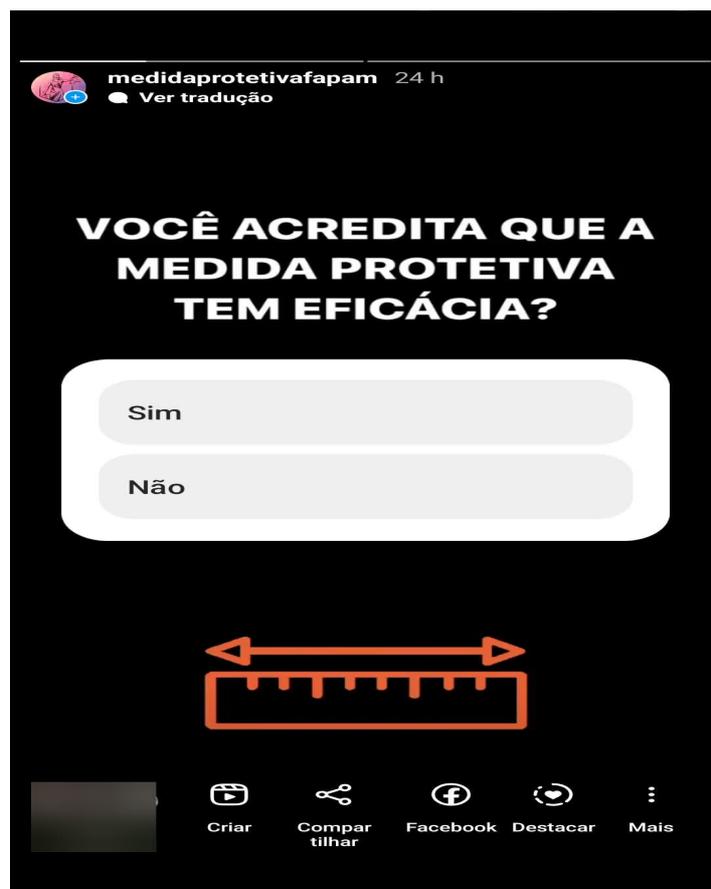
A aplicação da pesquisa dentro da faculdade foi feita via QR codes expostos em salas de direito e psicologia, onde apresentamos o tema e os alunos responderam o nosso questionário, ainda dentro da faculdade selecionamos alguns professores e alunos dos respectivos cursos e fizemos perguntas mais aprofundadas sobre tema. Assim tivemos respostas mais fundamentadas por pessoas da área. Já a aplicação externa foi feita a partir de um perfil no Instagram onde colocamos diariamente questionários para serem respondidos pelos nossos seguidores, desse jeito obtivemos respostas mais leigas e alguns relatos de vítimas.

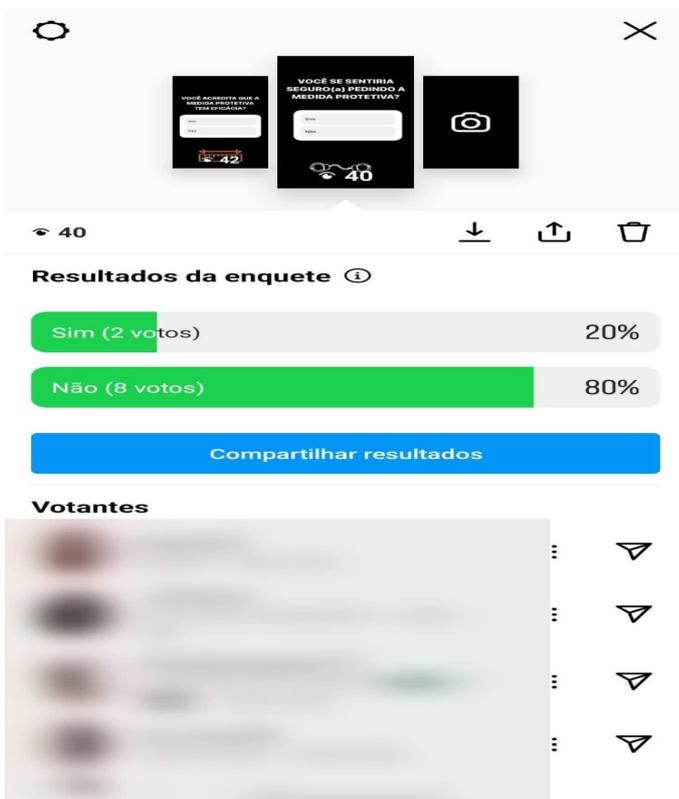
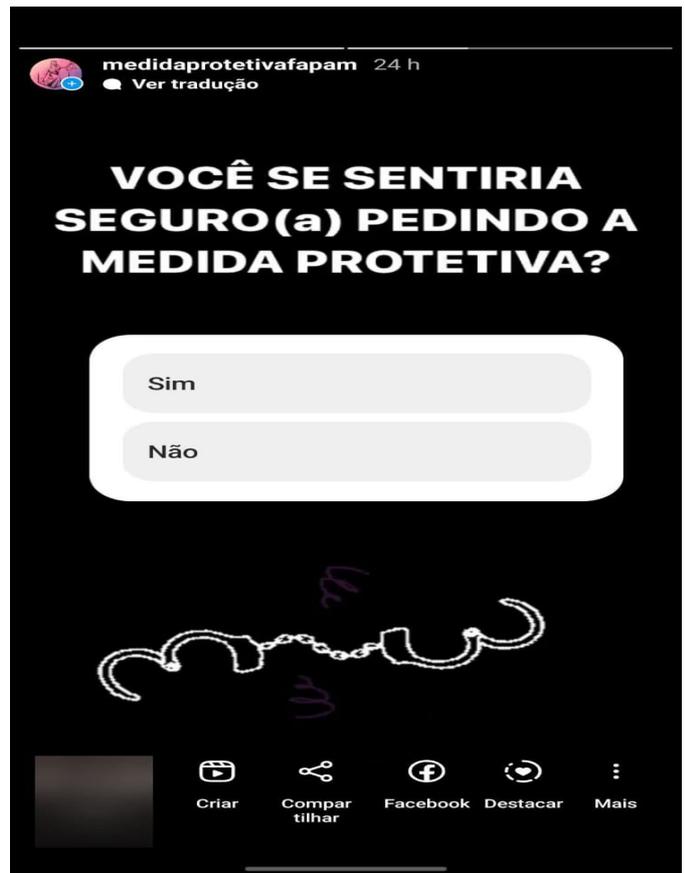
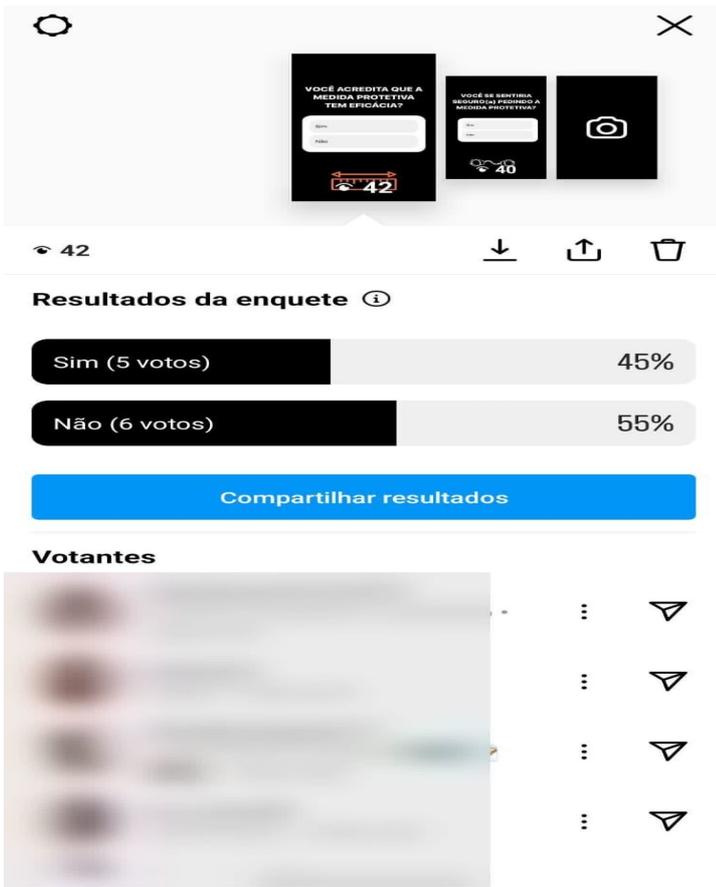
Ficamos muito contentes ao ver o rumo que o projeto estava tomando que fomos surpreendidos com uma parceria do "Projeto Por Elas", dessa maneira podemos fornecer nossa pesquisa para que eles a levem adiante quando o nosso projeto chegar ao fim.

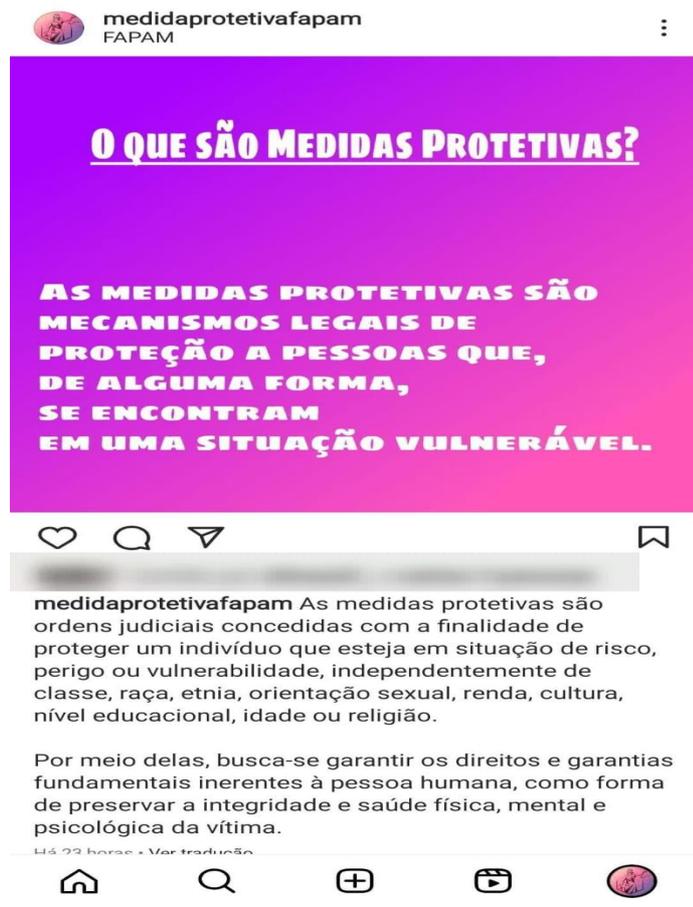
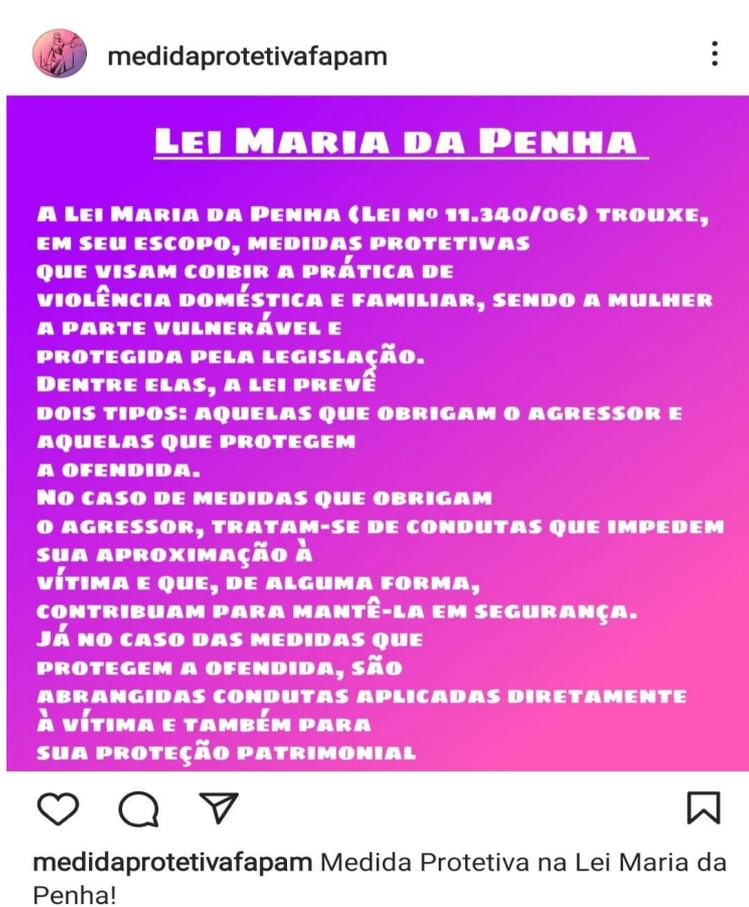
Diante o exposto podemos perceber que ao discutir sobre medida protetiva, promove-se a conscientização sobre a violência doméstica e familiar, que lamentavelmente ainda ocorre com muita frequência no nosso país, se tornando um problema grave que afeta milhões de pessoas no mundo inteiro. Falar sobre esse tabu ajuda a quebrar o silêncio em torno desse tema e incentiva a sociedade a enfrentar o problema de forma mais eficaz. Isso ajuda ao empoderamento das vítimas, pois diante disso elas aprendem sobre seus direitos e descobrem que não estão sozinhas. Também as encoraja a buscar apoio, denunciar o abuso e buscar uma vida livre de violência.

### 5 ANEXOS

Esse é o link da nossa página do Instagram: [https://www.instagram.com/invites/contact/?i=5orzg9jxxl9y&utm\\_content=qyz8lpi](https://www.instagram.com/invites/contact/?i=5orzg9jxxl9y&utm_content=qyz8lpi)







Link do Qr Code:

[https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdcHRYhUaBv37ZDqu8oIdEUQf3MaXnMdoamBuI8miMkvLzboA/viewform?usp=pp\\_url](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdcHRYhUaBv37ZDqu8oIdEUQf3MaXnMdoamBuI8miMkvLzboA/viewform?usp=pp_url)

## REFERÊNCIAS

FACHINI, Tiago. Medidas Protetivas: o que são, como funcionam e solicitação. Disponível em : <https://www.projuris.com.br/blog/medidas-protetivas/> . Acesso em: Setembro de 2021.

VIOLÊNCIA contra a mulher: medidas protetivas de urgência podem salvar vidas. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2019/setembro/medidas-protetivas-podem-salvar-vidas>. Acesso em: 27 de Maio de 2019.

TEIXEIRA, Luísa. Medida protetiva: como identificar a necessidade e requerer direito; entenda. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2023/02/17/medida-protetiva-como-identificar-a-necessidade-e-requerer-direito-entenda/> . Acesso em : 17 de Fevereiro de 2023.

BRASIL. Presidente da República. Lei n° 11.340. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em : 7 de Agosto de 2006